

DISSIDÊNCIAS RELACIONAIS: MULHERES E MONOGAMIA¹

Kiara Menezes Araújo²

INTRODUÇÃO

Mulheres, essas cis ou trans, lésbicas, pessoas não binárias e não-monossexuais (bissexuais e pansexuais), compartilham uma afetivo-sexualidade dissidente a partir das orientações sexuais contrárias a norma, as primeiras quanto à identidade de gênero, as últimas no tocante à heterocompulsoriedade, ou ambas. Mulheres diferentes experienciam encruzilhadas/avenidas identitárias diversas, como argumenta Carla Akotirene (2019), e na esfera afetivo-sexual esse também é o caso.

As não monogamias, no plural, por sua diversidade de apresentações, podem caracterizar a possibilidade de novos arranjos afetivos, sexuais ou não, realizando contraposição à norma e à instituição da monogamia.

A metodologia utilizada pretende revisionar elaborações sobre o amor, parentalidades e o gênero nessas experiências a partir da ferramenta teórico-metodológica da interseccionalidade, proveniente do feminismo negro, visando compreender como as não monogamias, especificamente a Não Monogamia Política (Newton Jr.; Nana Miranda; *NM em Foco*, 2024) podem (aliadas ao feminismo negro) auxiliar a tecer novas possibilidades de enfrentamento aos sistemas de opressão patriarcal, capital e racial, imbricados na sociedade brasileira.

A MONOGAMIA: UMA VISÃO CRÍTICA

Para falar sobre as não monogamias e as relações de gênero, é importante estabelecer critérios que determinam o seu par, amplamente difundido no senso comum social, como uma prática esperada, saudável e normativa de viver os relacionamentos amorosos. Nesse ínterim,

¹ Este resumo é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde a autora é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). E-mail: kiaraaraujo@ufba.br.

pouco se correlaciona a monogamia, não como prática individual de uma suposta exclusividade sexual, mas como uma estrutura que atravessa todas as nossas escolhas — ou melhor, não escolhas — e arranjos relacionais, no fazer individual e coletivo, ditando quais são as possibilidades válidas de estar e interagir em sociedades.

Logo, a estrutura monogâmica estabelece os critérios de permissão para as experiências relacionais, essas sexuais ou não, amorosas e/ou afetivas na sociedade ocidental. Ou seja, a monogamia em sua estrutura informa não apenas sobre como devemos nos relacionar e com quem, mas também constrói e reforça os ideários dos sistemas de opressão, patriarcal, capital, racial, sexual entre outros. Nesse sentido, Brigitte Vasallo afirma:

A monogamia não é uma prática: é um sistema, uma forma de pensamento. É uma superestrutura que determina aquilo que chamamos de "vida privada", as práticas sexo-afetivas, as relações amorosas. O sistema monogâmico dita como, quando, quem e de que maneira amar e desejar, assim como quais circunstâncias são motivo para sentir tristeza, em quais deveríamos sentir raiva, o que nos machuca e o que não machuca. O sistema monogâmico é uma engrenagem que distribui privilégios a partir dos vínculos afetivos e um sistema de organização desses vínculos (Vasallo, 2022, p. 17).

A monogamia não adquire o selo de “natural” a partir do exercício da exclusividade sexual, pois a quebra desse acordo subentendido dentro dessa lógica como parte intrínseca desse “modelo”, se dá corriqueiramente, dado que participa das interações sociais com frequência, adquirindo inclusive comportamentos de chacota perante a imagem do “corno” e a execução violenta sob a justificativa dos ciúmes, destacadamente nas relações heterossexuais. Contudo esses acordos que podem ser apreendidos como coercitivos, não são os detentores de todas as problemáticas correlatas à monogamia.

O processo de hierarquização das relações, a suscetibilidade de uma rede de apoio escassa, o adoecimento proveniente das crenças sobre posse, a determinação sobre quais corpos são dignos de cuidado e atenção, o fomento ao trabalho doméstico desempenhado forçosamente pelas mulheres e/ou pessoas que são restringidas ao cuidado por sua “feminilidade” ou expectativa de desempenho desse papel (e tantas outras opressões) corroboram que “a violência contra as mulheres é frequentemente percebida apenas como uma expressão do machismo, e nisso se silencia o quanto a monogamia é o alimento ideológico para essas práticas” (Geni Núñez, 2023, p. 36), “contidas” e tão naturalizadas estruturalmente. Portanto, a monogamia como esse conglomerado de expectativas, contingências e artimanhas voltadas para o controle e a exclusão de determinados corpos:

Romper a monogamia não é para brancas, magras, sensatas, bonitas e bem-nascidas, mas justamente para todas aquelas para quem a monogamia é ainda mais falaciosa. É necessário rompê-la por completo, não a substituir por monogamias simultâneas camufladas sob outros nomes. Quebrar esses mecanismos, cuspir neles e nos tornarmos intransmissíveis, irreprodutíveis e intoleráveis. Quebrar a monogamia não é para aquelas que se envolvem com quem desejam, não é para gente normal, nem para as modernas, nem para hipsters, nem para os esquerdomachos, nem para as namastês (Brigitte Vasallo, 2022, p. 41-42).

O sistema monogâmico é violento e a partir dos seus dispositivos de controle, atingem avassaladoramente a vida de mulheres e pessoas “sexo-gênero dissidentes” (Geni Nuñez, 2023), precarizando as suas experiências de vida.

POR QUÊ NÃO MONOGAMIAS NO PLURAL?

A não-monogamia engloba modelos relacionais que se contrapõem à norma monogâmica, na procura por exemplificar a diversidade de formas de vivência afetivo-sexuais, estas enquanto modelo e/ou estrutura, podendo variar e passear entre uma ou mais categorias. Ou seja, há um espectro diverso de conceituação da temática não monogâmica na literatura atual, havendo divergências entre as suas definições e aplicações para aquelas pessoas que adotam esses arranjos, como parte do seu exercício de troca afetiva, de ordem sexual ou não, assim como àquelas que efetuam pesquisas sobre a temática.

As não monogamias, portanto, são constantemente localizadas como um termo guarda-chuva responsável por abarcar modelos relacionais em que haveriam mais de duas pessoas envolvidas afetivo-sexualmente, inclusive prevendo o sexo, geralmente, como uma das características pré-determinadas, suscitando inclusive debates sobre as assexualidades. Seriam os modelos contidos nesse guarda-chuva, como supracitado, supostamente: *swing*, relação aberta, relações livres, poliamor, e aquelas/les que adotam a terminologia “não-monogâmica”, entre outras. “Por vezes, não monogamia enquanto termo guarda-chuva, inclui qualquer experiência que não seja exclusiva a duas pessoas, como *swing* e a infidelidade conjugal” (Newton Jr.; Nana Miranda, 2024, p. 22). No entanto, não há consenso sobre quais desses (não) modelos de relação “amorosa” seriam por sua organização, vivências não-monogâmicas, havendo discordâncias marcantes entre pesquisadoras(es), assim como no interior dos grupos acima nomeados.

Para algumas autoras e autores, haveria no poliamor e relações abertas similaridades com a monogamia, pois “pensemos então nas relações não monogâmicas. Em modelos como o

das relações abertas (namoro aberto e casamento aberto), existe uma figura central, o núcleo-casal, tal qual as relações monogâmicas” (Newton Jr.; Nana Miranda, 2024, p.40).

É importante destacar que não há nesse escrito a intenção de esmiuçar essas definições em suas contradições, mas de realizar um passeio sobre as descrições disponíveis, enfatizando a perspectiva que aparenta desvelar a correlação entre a opressão de gênero e a estrutura monogâmica. Situando a não-monogamia para além de um dispositivo relacional, mas como um movimento político engajado na luta pelas pautas levantadas através do feminismo negro.

A orientação de não-monogamia empregada neste artigo articula práxis, teoria e movimento social da Não monogamia Política (Nana Miranda; Newton Jr.; *NM em Foco*, 2024) que se assemelha ao pensamento evidenciado em diversas e atuais elaborações comuns aos trabalhos de Geni Nuñez, Brigitte Vasallo, Rhuann Fernandes, entre outras.

Concluímos assim que a Não monogamia Política é necessariamente um projeto anti-hierarquia. Por quê? **Porque a Não monogamia Política é pautada pelo pensamento anticolonial e anticapitalista.** Porque a Não monogamia Política é um projeto emancipatório e é impossível a emancipação de corpos contra-hegemônicos mantendo a lógica hierárquica que os violenta. Porque a Não monogamia Política é um projeto coletivo e as hierarquias relacionais empobrecem as possibilidades das nossas relações, o que afeta diretamente nossas redes de apoio e afeto. Romper com a lógica das hierarquias relacionais pode não ser um exercício fácil de se fazer, porém é essencial para se pôr em prática esse projeto político (Newton Jr.; Nana Miranda; *NM em Foco*, 2024, p. 41-42; grifos acrescidos).

A não monogamia a partir de uma dimensão política visa o desmantelamento das matrizes de opressão social, objetivando um futuro de emancipação das pessoas em suas diversidades e direitos sobre o próprio corpo, sem deixar de cuidar do bem-estar coletivo. Por isso, “se não prestamos atenção à estrutura, não só estamos reproduzindo o mesmo sistema com um nome diferente, como adicionando violências e dores aos já implícitos naquele sistema” (Brigitte Vasallo, 2022, p. 16). Portanto, é fundamental que adotemos uma postura crítica em relação à não monogamia. Devemos analisá-la sem reservas, desconstruindo e reconstruindo as formas de parentalidade e de relacionamento que atravessam e organizam as estruturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Não Monogamia Política constitui uma proposta potente de reorganização das relações afetivas e de cuidado, desde que articulada a um projeto emancipatório antirracista, anticapacitista e antipatriarcal. Para além da multiplicidade de

parceiros, trata-se de elaborar novas éticas relacionais baseadas na solidariedade, no cuidado coletivo e na recusa das lógicas hierárquicas e proprietárias que sustentam a monogamia.

A reflexão aqui proposta não pretende encerrar o debate, mas abrir caminho para novas investigações e práticas que reconheçam a diversidade dos sujeitos e das experiências afetivas na luta por justiça social e emancipação.

Palavras Chaves: Gênero, Modelos afetivos/sexuais, Não-Monogamias, Interseccionalidade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Coleção Feminismos Plurais, v. 3, f. 58, 2019. 116 p.

MEDRADO, Andreone T.; FERNANDES, Rhuann. **Não monogamia: trânsitos entre raça, gênero & sexualidade**. Rio de Janeiro: Telha, 2022.

MIRANDA, Nana; JR., Newton; NM EM FOCO (Org.). **Nas trincheiras por novos mundos: caminhos para a não monogamia política**. Edição Kindle. 211 p. 2024.

NUÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. São Paulo: Paidós, 2023.

VASALLO, Brigitte. **O desafio poliamoroso: por uma nova política dos afetos**. São Paulo: Elefante, 2022. 243 p.